



## DIFICULDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO EXTREMO SUL DO RIO GRANDE DO SUL

**CARUSO, Cíntia Oliveira<sup>1</sup>; SACCO DOS ANJOS, Flávio<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> *Mestre em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - ISP/UFPEL*

*Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Caixa Postal 354 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770.*

[cintiacaruso@yahoo.com.br](mailto:cintiacaruso@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> *Doutor em Agroecología Sociología y Estudios Campesinos. Universidad de Córdoba, Espanha - Departamento de Ciências Sôcias e Agrárias FAEM/UFPEL – Campus Universitário s/nº 96001-970 – Pelotas, RS.*

[fsacco2000@yahoo.com.br](mailto:fsacco2000@yahoo.com.br)

### 1. INTRODUÇÃO

A transformação de alimentos não é uma novidade para o agricultor familiar. O Extremo Sul do Rio Grande do Sul é marcado pela presença destes estabelecimentos agrícolas, cujo surgimento deve-se ao processo de colonização especificamente na metade do século XIV. Nesta região existiam moinhos, pequenas fábricas de compotas, doces em pasta e embutidos atrelados às propriedades rurais, porém, com o tempo, estas pequenas fábricas foram desaparecendo devido ao modelo de desenvolvimento adotado pelos Governos, e pelo processo de expansão do capitalismo no campo.

A agricultura familiar na Zona Sul do Rio Grande do Sul ainda sente o reflexo das políticas dissociadas da preocupação com o desenvolvimento social, e econômico no âmbito das comunidades rurais que, paulatinamente, assistem a uma sensível redução das alternativas de ingressos econômicos e de ocupação das famílias. Hoje, procurando resgatar as potencialidades destes agricultores familiares e o fortalecimento desse setor da agropecuária nacional, os governos federal e estadual propõem políticas públicas, de fomento a programas de agroindustrialização e certificação de produtos, como forma de criar novas oportunidades no meio rural e resgatar um traço tão característico dessa forma social de produção que, apesar de suas limitações, tem contribuído para o desenvolvimento rural da Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul.

No que tange à política ou programas dirigidos ao desenvolvimento rural, podemos observar alguns instrumentos de agroindustrialização familiar orientados à agricultores mais empobrecidos e com dificuldade de integração ao mercado, possibilitando uma outra fonte de renda, sendo este processo compatível com o atendimento de suas necessidades de consumo.

Neste contexto, questionamos quais seriam as variáveis que interferem não só na implementação das agroindústrias familiares, mas na continuidade de funcionamento destes empreendimentos.

## **2. METODOLOGIA**

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de caráter qualitativo, cujo objetivo é avaliar as possibilidades e dificuldades da implantação e manutenção de Agroindústrias Familiares nas propriedades rurais do Extremo Sul, do Rio Grande do Sul.

A primeira etapa do projeto correspondeu a uma revisão de literatura, levantamento de dados e informações referentes à agricultura familiar e uma aproximação *in situ* relativa às etapas e condições em que opera o processo de agroindustrialização em alguns estabelecimentos familiares da microrregião de Pelotas. Diante disso, lançou-se mão da realização de entrevistas com perguntas semi-estruturadas, referentes ao processo de implantação das agroindústrias.

Foram entrevistados sete responsáveis pelas agroindústrias, as quais são oriundas dos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul, Cerrito, Herval e Canguçu, sendo que cinco delas encontravam-se legalizadas e as demais em processo de legalização, porém todas em situação de pleno funcionamento. Também foram entrevistados dois agrônomos, sendo um funcionário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e outro da Emater Regional responsável pelo esclarecimento a retirada de créditos para a composição do negócio.

Cabe salientar que todas as agroindústrias analisadas receberam algum tipo de apoio institucional para sua execução, como: Programa de Agroindústria Familiar – Sabor Gaúcho, Programa Nacional de Fortalecimento da Agroindústria Familiar (PRONAF), Programa de Aperfeiçoamento e consolidação de Assentamentos da Reforma Agrária, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (MATER).

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Partimos da premissa de que as agroindústrias familiares enaltecem um atributo crucial inerente à dinâmica da agricultura familiar, propiciando maior grau de autonomia às famílias e contribuindo para a diversificação das atividades produtivas no meio rural.

Podemos perceber através de nossa pesquisa de campo, que somente investimentos feitos pelos governos via Programas de Agroindustrialização a este tipo de empreendimento não garantiria que a instalação da agroindústria teria continuidade. Houve uma série de variáveis de extrema importância que dificultaram o trabalho e o sucesso destes investimentos.

Primeiramente, percebemos que o amparo institucional dado a estas pequenas empresas rurais não é suficiente, a questão é que ampliar o número de agroindústrias na Zona Sul, sem um amparo institucional adequado, pode gerar resultados controversos ao que se objetiva alcançar. Entendemos que a falta de precisão sobre o público alvo tem levado muitas destas iniciativas ao fracasso, e tem tratado o universo da agricultura familiar de forma homogênea sem levar em conta toda a diversidade que a circunda (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2007).

Outro problema com o qual nos deparamos é a inadequação das legislações

fiscal e, principalmente, sanitária voltadas a este tipo de empreendimento, pois as imposições sanitárias exigidas para grandes empresas e para agroindústrias de pequeno porte e familiares são as mesmas, fato também encontrado em outras regiões do estado, conforme Prezotto (1999).

Neste contexto, crescem as exigências impostas pelas indústrias no sentido da padronização e regularidade na oferta de produtos. Paralelamente os produtores são forçados a incorporar inovações tecnológicas exigidas para adequarem-se a esses imperativos e ao crescente nível de exigência das fábricas do setor agroalimentar.

A terceira variável encontrada foi a total falta de gestão destes empreendimentos rurais, embora os agricultores mantenham uma relação bastante natural com a transformação de alimentos, porém não encontramos esta mesma naturalidade no que tange ao gerenciamento destas pequenas empresas, problema este oriundo, principalmente, pelo baixo nível de escolaridade dos agricultores responsáveis, bem como a omissão dos gestores das políticas e instituições no sentido de prepará-los para operar e gerenciar o empreendimento.

Estes agricultores deparam-se com uma série de obstáculos, desde financiamentos para a aquisição de equipamentos para a agroindústria, matéria-prima, capital de giro, fluxos de caixa, custos, margem de lucro e impostos e perdem-se com a burocracia.

#### **4. CONCLUSÕES**

Percebemos que os empreendimentos como as agroindústrias familiares implementadas nas propriedades rurais têm propiciado certo grau de autonomia para os agricultores, se comparada com a situação das famílias que dependem diretamente de uma ou duas fontes de ingresso econômico, como é o caso dos que se encontram na condição de integrados das empresas fumageiras.

Coincidimos com Prezotto (2002) no sentido de entender que agroindústria familiar é uma das formas para amenizar disparidades sociais no campo, tendo a pluriatividade como estratégia para aumentar postos de trabalho diretos e indiretos, de forma a propiciar a inserção econômica de agricultores. Haja vista, que trazendo ao entendimento sobre o que trata esta pluriatividade, conforme Schneider (2003) descreve-se como uma combinação de várias atividades paralelas de renda dos membros de uma mesma família, da qual a agricultura não é necessariamente a principal fonte de renda. Uma evidência identificada foi que todos os responsáveis pelos empreendimentos entrevistados relacionaram os problemas referentes às legislações sanitárias e fiscais. Também, registraram as dificuldades encontradas para realização do gerenciamento do empreendimento.

Mas a conclusão geral a que chegamos, com base no contato com a realidade concreta, é que nenhum programa ou apoio governamental conseguirá atingir seus objetivos sem uma ação articulada e consistente no que afeta ao financiamento dos empreendimentos, apoio à qualificação dos processos produtivos, acesso aos mercados, formação profissional, e um ambiente institucional que propicie o sucesso destes empreendimentos.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CARUSO, Cíntia de Oliveira. **As Agroindústrias Familiares no Extremo Sul: Limites e Possibilidades de Uma Estratégia de Reprodução Social**, 2008. 120p.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas.

PREZOTTO, Leomar L. **A Agroindústria Rural de Pequeno Porte e o seu Ambiente Institucional Relativo à Legislação Sanitária.** 1999. 143p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas), Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

SCHNEIDER, Sergio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar.** Porto Alegre, UFRGS, 2003. 359p.

SILVEIRA, Paulo Roberto C; GUIMARÃES, Gisele Martins. **Por Trás da Falsa Homogeneidade do Termo Agroindústria Familiar Rural: Indefinição Conceitual e Incoerências das Políticas Públicas.** v. 01, In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2007, Fortaleza. VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Fortaleza: EMBRAPA/SBSP, 2007. 15p. Disponível em: <[www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab\\_Format\\_PDF/99.pdf](http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/99.pdf)>, acesso: 23/Dez/2007.